



Justice Coalition of Religious

Despachos das Margens: Proteção Social

Contribuição da Rede Global da JCoR para a 64ª Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

CONTEXTO E FUNDAMENTAÇÃO:

Em 1995, os governos mundiais reuniram-se para a Primeira Cimeira Social Mundial. Nessa cimeira, assumiram uma série de compromissos com a igualdade social, que estão consagrados no texto da [*Declaração de Copenhaga sobre Desenvolvimento Social*](#). Entre esses muitos compromissos estavam as promessas de proporcionar a todas as pessoas nos seus respetivos países: segurança alimentar, educação, emprego e meios de subsistência, serviços de saúde primários (incluindo saúde reprodutiva), água potável e saneamento, habitação adequada e participação na vida social e cultural. Em 2025, a [*Declaração Política de Doha*](#) foi adotada na Segunda Cimeira Social Mundial. Ela reafirmou a visão centrada nas pessoas da *Declaração de Copenhaga* e enfatizou que a justiça social e o desenvolvimento são inseparáveis da paz, da segurança e dos direitos humanos.

Como um coletivo de 24 ONGs credenciadas pelas Nações Unidas que representam Religiosas, Religiosos, e sacerdotes católicos e seus colaboradores na missão, a [*Coalizão de Religiosas e Religiosos para Justiça \(JCoR\)*](#) destaca estas sete áreas de compromisso governamental da Declaração de Copenhaga, porque elas se relacionam diretamente com *os temas da nossa Doutrina Social Católica*. Cada uma das sete áreas é um componente essencial da *dignidade humana*. As deficiências nessas áreas tendem a afetar desproporcionalmente *os pobres*, para os quais somos chamados a exercer *uma opção* ou preocupação *preferencial*. Além disso, três dessas áreas exigem implicitamente *o cuidado com a Terra*, cuja prosperidade dos ecossistemas está interligada com a da comunidade humana e constitui um pré-requisito para a resolução justa e inclusiva das inseguranças humanas em relação à alimentação, água e moradia. O apelo ao emprego e aos meios de subsistência está alinhado com o princípio que afirma a *dignidade do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. O compromisso de tornar a vida social e cultural acessível e inclusiva para todos constitui um importante reconhecimento da natureza social dos seres humanos e prioriza um caminho para o exercício dessa natureza através *da participação na família e na comunidade*.

Esses temas da nossa tradição de fé constituem uma espécie de roteiro para o mundo justo e pacífico que nossos corações acreditam ser possível. Buscamos alinhar nossos comportamentos pessoais, vidas espirituais e ministérios com eles, não apenas por meio do serviço direto às nossas famílias e comunidades em todo o mundo, mas também exortando incansavelmente os líderes nas esferas política e econômica a instalar esses pilares de justiça e paz nas estruturas da nossa ordem social, econômica e ambiental.

BOAS PRÁTICAS DA REDE GLOBAL DA JCoR:

Os membros da rede da JCoR atuam em uma ampla variedade de ministérios que contribuem para o cumprimento dos compromissos da Declaração de Copenhague. Entre eles estão:

- Educação em saúde em comunidades de favelas e assentamentos informais (Religiosas de Notre Dame de Namur no Quênia)
- Programas de distribuição de refeições e cestas básicas para pessoas em situação de insegurança alimentar (Missionários Claretianos no Haiti; Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor no Líbano; membros da Federação das Irmãs da Caridade nos Estados Unidos da América e Canadá; Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Consolação na Venezuela; Irmãs Religiosas da Caridade na Zâmbia)
- Educação primária e secundária (Religiosas de Notre Dame de Namur na República Democrática do Congo; Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor em Hong Kong; Religiosas do Carmelo Apostólico e Religiosas da Caridade de Jesus e Maria na Índia; Sociedade do Sagrado Coração e Religiosas de Notre Dame de Namur no Quênia; Irmãs Maryknoll de São Domingos na Tanzânia; Irmãs Missionárias Combonianas no Uganda; Irmãs de Notre Dame de Namur nos Estados Unidos da América; Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Consolação na Venezuela; Irmãs Religiosas da Caridade na Zâmbia)
- Educação alternativa e/ou serviços de saúde, incluindo terapias holísticas, apoio psicológico e/ou assistência espiritual/pastoral (Congregação de Notre Dame de Montreal em El Salvador e Honduras; Religiosas de Notre Dame de Namur no Quênia; Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor no Líbano e na Síria; Religiosas Maryknoll de São Domingos na Tanzânia; Religiosas Missionárias de Maria Mãe da Igreja no Uganda)
- Formação profissional para oportunidades de subsistência (Religiosas de Notre Dame de Namur na República Democrática do Congo; Sociedade do Verbo Divino e Religiosas da Caridade de Jesus e Maria na Índia; Religiosas de Notre Dame de Namur no Quênia)
- Oficinas de competências para a vida e para a família e atividades de construção da comunidade (Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor no Líbano; Religiosas Maryknoll de São Domingos na Tanzânia)
- Albergues para apoiar a frequência escolar de estudantes rurais em centros urbanos (Sociedade do Verbo Divino na Índia)
- Grupos de empoderamento económico para mulheres (Sociedade do Verbo Divino na Índia; Irmãs Religiosas da Caridade na Zâmbia)
- Serviços de água potável e saneamento (Religiosas de Notre Dame de Namur na República Democrática do Congo; Sociedade do Sagrado Coração e Religiosas de Notre Dame de Namur no Quênia; Religiosas da Caridade na Zâmbia)
- Serviços de cuidados de saúde primários e/ou distribuição de medicamentos/produtos de higiene (Religiosas de Notre Dame de Namur na República Democrática do Congo; Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor no Líbano e na Síria; Irmãs Missionárias Combonianas no Uganda; Irmãs Religiosas da Caridade na Zâmbia)
- Formação e ações ambientais/agrícolas para promover a restauração, proteção e uso sustentável do meio ambiente (Religiosas de Notre Dame de Namur na República Democrática do Congo; Movimento Laudato Si' da República Dominicana; Religiosas Missionárias de Maria Mãe da

Igreja no Uganda; Religiosas de Notre Dame de Namur nos Estados Unidos da América; Religiosas da Caridade na Zâmbia)

- Sistemas fotovoltaicos para fornecimento de energia limpa (Religiosas de Notre Dame de Namur na República Democrática do Congo)
- Sensibilização para questões sociais, justiça e ação (por exemplo, antirracismo) (Religiosas de Notre Dame de Namur nos Estados Unidos da América)
- Esforços de prevenção e respostas à violência contra mulheres e crianças (Irmãs Missionárias de Maria Mãe da Igreja no Uganda; Irmãs Religiosas da Caridade na Zâmbia)

Em cada um destes contextos, os membros da rede procuram e servem preferencialmente os membros das populações locais mais vulneráveis e marginalizadas, desde mulheres/raparigas a pessoas com deficiência, migrantes e pessoas deslocadas internamente, jovens grávidas, idosos, comunidades rurais, residentes de bairros degradados urbanos, minorias étnicas e religiosas e sobreviventes de violência e conflitos.

OBSERVAÇÕES da REDE GLOBAL DA JCoR:

A partir dos contextos dos ministérios citados acima e de inúmeros outros, os membros da rede da JCoR têm a oportunidade de testemunhar até que ponto os governos dos seus próprios países cumpriram as promessas da Declaração de Copenhaga nos trinta anos desde a sua adoção. Pouco antes da Segunda Cimeira Social Mundial, a JCoR convidou os membros desta rede a articular as suas observações sobre o estado dos compromissos de Copenhaga, particularmente para as comunidades marginalizadas com quem vivem e trabalham. As respostas vieram de 16 países diferentes, incluindo partes da África, Ásia, América Latina, Caraíbas e América do Norte. Em cada área de compromisso, mais de metade deste grupo diversificado de inquiridos relatou lacunas significativas. As suas observações específicas são as seguintes:

Área do compromisso dos governos de cumprir com todas as pessoas:	Países nos quais os inquiridos observaram lacunas:
segurança alimentar	Brasil, República Democrática do Congo, República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Hong Kong, Índia, Quênia, Líbano, Uganda, Estados Unidos, Venezuela, Zâmbia
educação	República Democrática do Congo, República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Hong Kong, Índia, Quênia, Líbano, Tanzânia, Uganda, Estados Unidos, Venezuela, Zâmbia
emprego e meios de subsistência	Brasil, República Democrática do Congo, República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Hong Kong, Índia, Quênia, Líbano, Uganda, Estados Unidos, Venezuela, Zâmbia
serviços de cuidados de saúde primários	República Democrática do Congo, República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Índia, Quênia, Uganda, Estados Unidos, Venezuela, Zimbábue
Água potável e saneamento	República Democrática do Congo, República Dominicana, Haiti, Honduras, Índia, Quênia, Uganda, Estados Unidos, Venezuela, Zâmbia
Alojamento adequado	Brasil, República Democrática do Congo, Haiti, Honduras, Hong Kong, Índia, Quênia, Líbano, Uganda, Estados Unidos, Zâmbia

participação na vida social e cultural	República Democrática do Congo, República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Hong Kong, Índia, Líbano, Tanzânia, Uganda, Estados Unidos
--	--

As respostas retratam um mundo que ainda sofre profundamente, não só com a privação social em si, mas também com o fracasso dos líderes políticos em investir de forma justa e sincera em medidas que resolvam as inseguranças e desigualdades sociais. Por exemplo:

- El Salvador tem assistido a um agravamento da desigualdade de rendimentos, em resultado do investimento desproporcionado de fundos públicos na segurança pública e no turismo, enquanto o sistema educativo e a economia foram negligenciados, o que resultou num aumento das taxas de abandono escolar, no encerramento de escolas, no despedimento de professores, em despedimentos em grande escala e no colapso de microempresas.
- Na Índia, o subinvestimento público em oportunidades de educação e qualificação para os jovens alimentou uma tendência ascendente no consumo e tráfico de drogas entre os jovens, o que tem efeitos adversos a longo prazo na saúde e na taxa de emprego da população.
- Apesar da extração contínua dos valiosos recursos naturais da Zâmbia, com potencial para gerar receitas significativas para programas sociais, os inquiridos do país indicam que grande parte dessas receitas se perde devido à corrupção e à má definição de prioridades entre os líderes políticos. Como resultado, os prestadores profissionais de serviços de proteção social, como os professores, não ganham salários mensais suficientes para sequer pagar a «Cesta Básica de Necessidades e Nutrição» (ou seja, o custo mensal local de alimentos essenciais e artigos não alimentares). Embora a matrícula nas escolas públicas seja gratuita, a falta de pessoal e de recursos nessas escolas diminui severamente a qualidade da educação oferecida e, em última análise, a oportunidade e a segurança que a educação oferece aos jovens. Ao nomear a raiz da desigualdade social no seu país, os nossos inquiridos zambianos dizem: «A governação é o grande monstro».
- Nos Estados Unidos, o governo nacional está a conduzir uma campanha de cortes nos gastos com proteção social e boa governança, tanto a nível nacional como internacional. Esses cortes nos programas sociais desestabilizam sistematicamente as comunidades de menor renda da população, exacerbando as inseguranças alimentares, de renda e de moradia já existentes nos Estados Unidos e nos antigos beneficiários de sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento em todo o mundo. Ao mesmo tempo, a política fiscal nacional está cada vez mais estruturada de forma que as economias resultantes dos cortes nos gastos sociais nem sequer são distribuídas pela população dos EUA, mas extraídas dos mais pobres e canalizadas preferencialmente para os mais ricos.
- No Haiti, a apropriação indevida e corrupta de recursos públicos em meio a um longo declínio no desenvolvimento social desempenhou um papel central na dissolução do governo e na ascensão de um regime brutal de gangues. Cinco anos após esse colapso, o povo haitiano continua a sofrer consequências extremas, violentas e generalizadas da incapacidade nacional e internacional de lidar com a falta de desenvolvimento social do país numa fase anterior. Falando sobre a profundidade da devastação e do caos causados pela falta de atenção dos líderes políticos às necessidades de proteção social, os nossos entrevistados do Haiti compartilham o sentimento: “Não há governança. Fomos abandonados”.

Em nações de todo o mundo e no âmbito das relações intergovernamentais, esse padrão se repete: os líderes propagam narrativas de escassez para prolongar regimes de concentração de riqueza e acumulação de recursos para uma classe de elite. Eles declaram que os fundos públicos são muito

escassos para garantir os tipos de oportunidades e proteções sociais básicas que compõem um tecido social saudável, mas podem ser rotineiramente e prontamente encontrados e alocados para causas como:

- atender aos padrões e expectativas de turistas internacionais com rendimentos disponíveis muito maiores do que a população local,
- subsidiar projetos industriais extrativos e os chamados projetos de “desenvolvimento” que privatizam seus próprios ganhos, enquanto externalizam e coletivizam seus enormes riscos e danos globais e intergeracionais,
- oferecendo incentivos financeiros às grandes empresas e isenções fiscais aos segmentos mais ricos da população, e
- recurso robusto e implementação de respostas militaristas ao crime e à violência após o colapso da ordem social.

No que diz respeito às políticas e programas existentes ostensivamente destinados a combater as desigualdades, os membros da nossa rede observaram o seguinte:

Fenómeno de desenvolvimento social:	Países nos quais os inquiridos observaram o fenómeno:
Vários ministérios ou departamentos do governo estão a trabalhar para combater as desigualdades, mas todos trabalham separadamente. Eles não parecem estar cientes uns dos outros nem coordenar os seus esforços.	República Dominicana, Honduras, Hong Kong, Índia, Líbano, Uganda, Zâmbia
Quando o governo está a elaborar ou a implementar uma política que visa reduzir as desigualdades, não consulta nem colabora suficientemente com as pessoas (por exemplo, organizações da sociedade civil) que já estão a trabalhar para combater as desigualdades.	República Dominicana, República Democrática do Congo, El Salvador, Honduras, Hong Kong, Índia, Quênia, Líbano, Uganda, Estados Unidos da América, Venezuela
As políticas governamentais estão a abordar as desigualdades para alguns grupos da nossa sociedade, mas não para outros.	Índia, Quênia, Líbano, Uganda, Estados Unidos da América, Zâmbia
As nossas políticas que tentam resolver a desigualdade tratam as necessidades de todas as pessoas que vivem em situação de pobreza, vulnerabilidade ou exclusão como se fossem todas iguais. Não reconhecem que algumas pessoas necessitam de mais apoio ou de formas de apoio diferentes das outras.	Brasil, República Dominicana, Hong Kong, Índia, Quênia, Tanzânia, Uganda, Estados Unidos da América, Zâmbia

As observações gerais resumidas acima resultam do serviço de longo prazo dos nossos membros nas margens das suas respetivas nações. A partir desses pontos de vista, eles observam «linhas de exclusão» específicas, identidades e características que tendem a se correlacionar com a privação ou

insegurança mais extrema nas áreas de compromisso da Declaração de Copenhaga. A este respeito, algumas tendências dignas de nota emergiram dos seus relatórios:

- Respondentes de contextos tão variados como Honduras e Índia relataram que, embora existam leis destinadas a combater a desigualdade na prestação de programas de proteção social, estas não são adequadamente implementadas de forma a terem um impacto significativo sobre as pessoas. Entretanto, nos Estados Unidos, os líderes políticos nacionais estão a dismantlar agressivamente políticas e mecanismos de aplicação que foram concebidos para promover a proteção social equitativa para grupos sociais historicamente e sistematicamente marginalizados, tão variados como pessoas com deficiência, povos indígenas e grupos étnicos descendentes de regiões que não a Europa, pessoas com identidade de género diferente do masculino e/ou orientação sexual diferente da heterossexual, migrantes e os seus filhos nascidos nos EUA.
- Em todas as regiões do mundo, os povos indígenas e tribais tendem a sofrer uma marginalização especialmente grave. Dentro de cada grupo vulnerável, segundo os nossos inquiridos, as mulheres e as raparigas enfrentam obstáculos adicionais ao usufruto das necessidades sociais básicas prometidas pelos seus governos em 1995.
- Aqueles que vivem em extremos de densidade populacional também enfrentam maiores inseguranças sociais. Os que vivem em áreas rurais e perto de fronteiras internacionais também são sistematicamente excluídos dos programas e políticas de proteção social. Enquanto isso, os residentes de assentamentos urbanos informais sofrem com a insegurança alimentar devido à falta de terra e meios de subsistência, bem como com más condições de saneamento e saúde devido às condições de vida superlotadas que não atendem ao padrão de “moradia adequada”.
- As regiões propensas à seca (por exemplo, os condados de Turkana, Marsabit e Wajir, no Quênia) enfrentam uma cascata de inseguranças sociais iniciadas pela falta de acesso à água potável e que se manifestam na insegurança alimentar, na elevada incidência de doenças e outros resultados negativos para a saúde, e na redução da frequência escolar.
- Regiões assoladas por conflitos e violência prolongados (por exemplo, Líbano, Haiti e República Democrática do Congo) relatam que o peso dos gastos sociais insuficientes recai sobre os refugiados e as pessoas deslocadas internamente. Esta população sofre de forma desproporcional com habitações inadequadas e temporárias; insegurança alimentar aguda; altas taxas de interrupção escolar e abandono permanente; e oportunidades reduzidas de participar na vida cultural, tudo isto com impacto mais direto nas crianças e nos jovens. As implicações económicas dos conflitos também têm efeitos imediatos desproporcionais sobre os proprietários de pequenas empresas (por exemplo, inflação, danos em infraestruturas essenciais), enquanto o efeito secundário do aumento do desemprego tem maior impacto sobre as mulheres e os jovens.
- Os inquiridos em toda a África Central, Oriental e Austral citaram lacunas particularmente graves na prestação de serviços de saúde primários e reprodutivos. Relataram uma escassez extrema de medicamentos básicos e suprimentos essenciais nos centros de saúde governamentais, além de esses centros serem muito poucos e inacessíveis para atender muitas comunidades rurais. Na mesma região, apesar do recente crescimento significativo da população com acesso a infraestruturas energéticas, as interrupções rotineiras no serviço praticamente anularam esse progresso infraestrutural, colocando um fardo especial sobre os proprietários de pequenas empresas cuja subsistência depende do serviço elétrico.

RECOMENDAÇÕES AOS LÍDERES POLÍTICOS:

Apelamos aos Estados-Membros das Nações Unidas para que dêem continuidade ao impulso da Segunda Cimeira Social Mundial e tomem as seguintes medidas para garantir a igualdade social e a justiça social:

- Colaborar com líderes religiosos e redes para:
 - Realizar educação popular sobre os programas governamentais existentes que visam promover o empreendedorismo, a criação de empregos e outras formas de proteção social, a fim de aumentar a conscientização pública e a utilização desses programas
 - Construir a confiança do público nas instituições governamentais, consultando as comunidades vulneráveis e os grupos mais pequenos, locais e de baixo perfil que trabalham diretamente no terreno com elas, a fim de identificar (a) as causas/efeitos locais da insegurança social e (b) as falhas que impedirão o impacto dos programas de proteção social propostos (antes e um ano após a implementação do programa)
 - Mapear e divulgar amplamente toda a gama de programas de proteção social públicos e privados disponíveis e que alcançam uma grande variedade de comunidades marginalizadas em todo o país (a cada 3-5 anos)
- Exigir relatórios sistemáticos sobre todos os programas de proteção social atuais e propostos
 - entre os órgãos governamentais locais e nacionais para evitar duplicações e lacunas na cobertura de serviços essenciais
 - ao público, incluindo um registo das despesas sociais e outras, para estabelecer transparência e construir confiança
- Organizar todos os programas de proteção social em todas as agências governamentais no âmbito de um plano nacional detalhado de desenvolvimento sustentável e inclusão social para simplificar a integração e a comunicação dos programas locais e nacionais
- Manter um gabinete de referência de proteção social através do qual os cidadãos possam criar e manter um perfil que detalhe as suas identidades específicas e níveis de vulnerabilidade e necessidade, e sejam encaminhados para todas as agências e programas de proteção social relevantes
- Fornecer informações regulares aos dirigentes de todas as escolas públicas e privadas do ensino básico e secundário sobre as necessidades atuais e emergentes dos seus mercados de trabalho locais e nacionais, a fim de reduzir o desfasamento entre as competências da mão de obra e as necessidades do mercado
- Estabelecer programas escolares padrão relacionados com a higiene menstrual e a educação sexual abrangente
- Estabelecer pequenos subsídios para a produção local e distribuição nas escolas de produtos menstruais sustentáveis, dando prioridade às áreas rurais
- Dedicar financiamento público a bolsas de estudo pós-secundárias para qualificação nas áreas médica e de ensino, vinculadas a um compromisso de serviço pós-graduação em comunidades rurais e de baixa renda
- Perdoar os devedores de governos estrangeiros e oferecer empréstimos sem juros e/ou empréstimos com taxas de juro comparáveis às usufruídas pelos Estados Unidos a todos [os países que atualmente gastam mais com o pagamento do serviço da dívida do que com saúde ou educação](#)
- Alocar financiamento público para garantir que as unidades de saúde ofereçam todos os serviços de cuidados primários, reprodutivos e de saúde mental com uma estrutura de pagamento variável e sem recusa de pacientes por incapacidade de pagar

- Designar salários mínimos compatíveis com o custo de vida local para todos os profissionais que prestam serviços essenciais de proteção social e promover a criação de sindicatos para todas estas categorias de profissionais
- Estabelecer e/ou reforçar mecanismos de supervisão e aplicação de políticas firmes contra a discriminação na prestação de qualquer serviço ou benefício de proteção social financiado publicamente com base na deficiência, identidade de género, orientação sexual, raça/etnia, religião, filiação política ou comportamentos, identidade indígena ou tribal, idade ou proximidade das cidades/distritos de origem dos líderes políticos nacionais
- Estabelecer ajustabilidade de acordo com a necessidade demonstrada em programas de partilha de custos para educação, alojamento e cuidados de saúde, a fim de garantir que os recursos estejam disponíveis para apoiar plenamente aqueles com maior necessidade
- Eliminar as barreiras legais e burocráticas à receção, por parte das organizações da sociedade civil, de fundos estrangeiros destinados à prestação de serviços de proteção social

Agradecimentos especiais aos membros e afiliados das seguintes congregações e organizações pelas suas contribuições para este documento:

Centro para a Cultura e o Desenvolvimento, Gujarat
 Missionários Claretianos
 Religiosas Combonianas
 Congregação de Notre Dame de Montreal
 Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor
 Congregação das Religiosas de Nossa Senhora da Consolação
 Movimento Laudato Si', República Dominicana
 Religiosas Maryknoll de São Domingos, Inc.
 Religiosas Missionárias de Maria Mãe da Igreja
 Religiosas do Carmelo Apostólico
 Federação das Religiosas da Caridade
 Religiosas da Caridade de Jesus e Maria
 Religiosas de Notre Dame de Namur
 Sociedade do Verbo Divino
 Sociedade do Sagrado Coração